

TRABALHO:

notas sobre fundamentos ontológicos e históricos

Letícia Batista Silva¹

RESUMO: Trata-se de um ensaio de natureza teórica. Este texto trata da categoria trabalho, ontológica, fundante do ser social, e da expressão que o trabalho assume no modo de produção capitalista. Partimos do pressuposto marxiano, posteriormente desenvolvido por Lukács, de que não existe ser social sem o ato do trabalho, ainda que na sociedade capitalista, o trabalho se expresse de forma particular. Essa expressão particular do trabalho demonstra a dimensão histórica do mesmo, sem alterar seu caráter de fundamento ontológico da sociabilidade.

Palavras-chave: Trabalho – Ser Social – Ontologia

LABOR: notes on ontological and historical foundations

ABSTRACT: It is an essay of a theoretical nature. This text deals with the labor category, its ontological dimension, as the founder of the social being, and also of the expression that the labor assumes in the capitalist mode of production. We start from the Marxian assumption, afterwards developed by Lukács, that there is no social being without the act of labor. Although in capitalist society, the labor is expressed in a particular way, this expression demonstrates its historical dimension, without changing its ontological foundation character of sociability.

Keywords: Labor – Social Being – Ontology

Sobre a centralidade da categoria trabalho

Neste ensaio teórico sobre a centralidade do trabalho nosso objetivo é apresentar, ainda que de forma breve, a categoria trabalho (ontológica, fundante do ser social) e a expressão particular que o trabalho assume sob a égide do modo de produção capitalista.

Na obra de Karl Marx (1818-1883) o trabalho é uma categoria medular e indispensável para a compreensão do ser social e das relações sociais. Marx ao longo de sua obra apresenta a distinção entre o trabalho como categoria ontológica – como *um certo tipo de ser* – e o trabalho no modo de produção capitalista. A ontologia marxiana é uma ontologia

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atua como pesquisadora em Saúde Pública no Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde, vinculado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCRUZ). É membro pesquisadora do Grupo de Pesquisa Núcleo de Pesquisas sobre População, Território e Políticas Públicas de Saúde (NUPEPOPS/FIOCRUZ). Tem experiência em políticas públicas e saúde, com ênfase em trabalho em saúde, gestão em saúde, oncologia e residência multiprofissional em saúde. E-mail: leticibatistas@gmail.com

materialista e histórica. Os estudos marxianos apontaram a particularidade do desenvolvimento capitalista em países como a Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América, entretanto suas análises, do ponto de vista metodológico, seguem como orientadoras da compreensão do movimento essencial da ordem capitalista, bem como sua assimilação como relação social de produção (HARVEY, 2013).

Dessa forma, a ontologia marxiana possibilita a compreensão da sociedade em movimento, para além das chamadas leis naturais características da economia clássica². A crítica à economia política realizada por Marx ao longo de sua vida produziu, dentre outros aspectos, a concretização dos fatos econômicos. Estes foram alçados e analisados à luz da totalidade das relações sociais. Marx demonstrou que o movimento do real se dá na totalidade das relações sociais, desnudando assim uma lógica acadêmico-burguesa de análise "científica" de fenômenos isolados.

Fundamentalmente, a categoria trabalho em Marx é desenvolvida no bojo da crítica à tradição filosófica alemã, tratando-se de um duplo movimento: a crítica ao idealismo alemão e a construção das bases para o materialismo histórico-dialético. Para Konder a crítica à dialética hegeliana foi uma base fundamental e indispensável para a proposição do materialismo histórico-dialético de Marx, bem como para uso do método nas análises da economia política (KONDER, 2009a, 2009b).

Essa crítica aparece nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* quando Marx, ao fazer a crítica à dialética e à filosofia hegelianas, afirma que Hegel parte de um *pensamento especulativo* e chega a um *saber absoluto* apreendendo-se a si próprio e produzindo o que Marx nomeou como *essência propagada do espírito filosófico* ou *auto-objetivação*. Trata-se do *estranhamento-de-si* que produz o estranhamento do mundo. O desfecho é um pensamento filosófico indiferente a qualquer caráter real e determinado, produzindo assim o irreal e o abstrato. Marx argumenta que em Hegel o pensamento abstrato e exteriorizado se realiza através de sua existência efetiva, a própria abstração (MARX, 2010, p.120-121). Nesta esteira, em Hegel, a verdadeira forma de existir é a abstração.

Marx afirma que Hegel comete o erro analítico de valorizar os aspectos da subjetividade em detrimento das determinações objetivas postas na realidade. Dito de outra forma, Marx aponta que em Hegel a essência objetiva estranhada seria "resolvida" pela *consciência-de-si*. Conforme Marx, tais apontamentos remetem à Fenomenologia como berço da filosofia hegeliana. Marx exemplifica que em Hegel os *entes de razão* como a riqueza e o poder do Estado etc. aparecem como abstrações.

² São expoentes da economia clássica, dentre outros, Adam Smith e David Ricardo. Ingleses, situados no fim do século XVIII e início do século XIX, no contexto da Revolução Industrial, os "clássicos" defendiam a liberdade econômica como sistema que garante a "multiplicação das riquezas das nações".

O estranhamento, que forma, portanto, o interesse intrínseco dessa exteriorização e a suprasunção dessa exteriorização, é a oposição do *em-si* e [d]o *para-si*, de *consciência* e *consciência-de-si*, de objeto e sujeito, isto é, a oposição do pensar abstrato e da efetividade sensível ou da sensibilidade efetiva no interior do pensamento mesmo. Todas as outras oposições e movimentos dessas oposições são apenas a aparência, o invólucro, a figura exotérica dessas oposições unicamente interessantes, que formam o sentido das outras oposições profanas (Idem, p.121).

Konder (2009b) ressalta a importância do diálogo crítico que Marx estabeleceu com a obra hegeliana, especialmente aqui destacada a temática da alienação.

O conceito hegeliano de alienação é o legítimo pai do conceito marxista. E o conceito marxista, seu descendente imediato, embora tivesse de se desenvolver em oposição a ele, só pôde superar integrando a si todos os elementos vivos do conceito hegeliano (KONDER, 2009b, p. 29-30).

Hegel defende o mundo objetivo como resultante de fenômenos mentais, sendo a própria mente, a essência do homem, ou, em seu conceito, o espírito. Conforme a crítica marxiana, em Hegel a percepção dos sentidos não é uma percepção abstrata, mas "a" percepção humana. Dessa forma, o caráter humano da natureza, a produção histórica e as criações de homens e mulheres seriam produtos de suas mentes abstratas, pois, segundo Hegel, os processos mentais antecederiam os *entes de razão*.

Konder (2009a, p. 29) aponta que em Hegel os esforços foram no sentido de "apreender e expressar o verdadeiro como sujeito", e na construção crítica de Marx a questão central é a concretude das atividades desse sujeito.

Ainda nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, Marx afirma ser Ludwig Feuerbach (1804-1872) um crítico da dialética hegeliana. Para Marx, Feuerbach compreende a negação da negação apenas como contradição da filosofia consigo mesma (MARX, 2010, p. 118). Marx recupera os estudos de Feuerbach, principalmente os aspectos relacionados à compreensão da filosofia como religião e a religião como forma de alienação humana.

Feuerbach, em sua tese central, realiza a inversão da formulação hegeliana de alienação, afirmando que o homem não é uma criação de Deus, mas ao contrário, Deus é uma criação do homem. E esse movimento de alienar-se num ente – Deus – criado por ele mesmo acontece em função do desconhecimento que o homem tem acerca de suas capacidades e possibilidades reais. Tais críticas e reflexões postas em Feuerbach demonstram uma relação de afastamento da filosofia alemã clássica com a realidade, ainda que Marx tenha caracterizado a dialética *feuerbachiana como mecanicista*, essas reflexões sobre o processo de autoalienação foram alicerces para o materialismo histórico-dialético.

Chasin (1995), ao referir-se à construção crítica de Marx acerca da lógica hegeliana apresenta elementos que apontam o caminho marxiano de conexão com o real. Noutras

palavras, aponta a trajetória que produz a relação entre teoria e mundo. Em sua análise Chasin assevera,

[...] refunde o próprio caráter da análise, elevando o processo cognitivo à analítica do reconhecimento do ser-precisamente-assim. Nesta, o direito unilateral da razão especulativa interrogar o mundo é superado pela via de mão dupla num patamar de racionalidade em que o mundo também interroga a razão, e o faz na condição de raiz, de condição de possibilidade da própria inteligibilidade. [...] Essa reflexão fundante do mundo sobre a ideação promove a crítica de natureza ontológica, organiza a subjetividade teórica e assim, faculta operar respaldo em critérios objetivos de verdade, uma vez que, sob tal influxo da objetividade, o ser é chamado a parametrar o conhecer; ou dito a partir do sujeito: sob a consistente modalidade do rigor ontológico, a consciência ativa procura exercer os atos cognitivos na deliberada subsunção, criticamente modulada, aos complexos efetivos, às coisas reais e ideais da mundaneidade (CHASIN, 1995, p. 362-363).

É nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* que Marx realiza essa viragem da crítica à filosofia clássica alemã à crítica da teoria política clássica, ou seja, o início da crítica da economia política de seu tempo e a centralidade da categoria trabalho. Autores como Mandel (1968), Netto (1981, 2011) Chasin (1995) e Harvey (2013) afirmam que o processo de estudos de Marx permaneceu em amadurecimento contínuo, passando pela crítica à filosofia clássica, por indagações acerca das contrariedades com o mundo real, até o desvelamento das contradições na relação de produção e reprodução da vida humana no modo de produção capitalista – síntese essa descrita e analisada, principalmente, ao longo de *O Capital*.

No Posfácio de *O Capital*, ao expor a lógica do materialismo histórico-dialético como método de pesquisa e sua diferenciação da dialética hegeliana, Marx apresenta de forma didática questões centrais e ainda reconhece a contribuição de Hegel no desvelamento das formas gerais da dialética.

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*. Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. [...] A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico (MARX, 1985, p.20-21, t.I, v.I).

Em Hegel o homem é resultado de sua própria construção, autoconstrução e autoatividade. A autoatividade é o trabalho, entretanto, como já dito, o trabalho na compreensão hegeliana se refere ao trabalho do espírito. Contudo, é verificável que em

Hegel o trabalho do homem tem uma dimensão criativa, dito de outra forma, trabalho como criador de objetivações.

Konder (2009a, p. 30) argumenta que Marx modificou e complexificou a dialética hegeliana não só revitalizando "o papel do trabalho material na autocriação e autotransformação dos seres humanos", mas, sobretudo redimensionando o papel dos trabalhadores – do proletariado – como força material capaz de realizar a autotransformação histórica da humanidade.

Ianni (1985, p. 11) aponta que em Marx "a dialética da negatividade não se resolve no processo da interpretação, mas no de transformação do real". Ou seja, em Marx a dialética hegeliana é transformada no sentido de uma ação revolucionária e de uma concepção materialista da história. Dessa forma, a dialética marxiana tem caráter materialista, associando consciência e ação do ser humano a sua condição de ser orgânico, social e histórico.

É na obra *A Ideologia Alemã* – escrita por Marx e Engels entre os anos de 1845-1846 (TONET, 2009) – onde são explicitados pela primeira vez os fundamentos do materialismo dialético. É também nesta obra que encontramos a crítica ao materialismo de Feuerbach. Há um duplo e central movimento neste livro: a) a produção hegeliana é entendida como mistificação, entretanto são apreendidas dessa mistificação as determinações fundamentais para a compreensão do ser social; b) fica evidenciado que o materialismo de Feuerbach não incorpora as determinações essenciais encontradas no idealismo hegeliano e, ao mesmo tempo, também não identifica o homem como um ser que constrói sua história. Assim, na *Ideologia*, Marx e Engels apresentam uma concepção de história conectada com o processo de produção material. Asseveram que:

Essa concepção da história assenta, portanto, no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata, e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a esse modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil nos seus diversos estágios, como base de toda a história, e bem assim na representação da sua ação como Estado, explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência – a religião, a filosofia, a moral etc. etc. – e estudando a partir destas o seu nascimento; desse modo, naturalmente, a coisa pode também ser apresentada na sua totalidade (e por isso também a ação recíproca dessas diferentes facetas umas sobre as outras). [...] a força motora da história, também da religião, da filosofia e de todas teorias, não é a crítica, mas sim a revolução (MARX, ENGELS, 2009, p. 57-58).

Fica patente que a questão central não é a característica especulativa e interpretativa da filosofia, mas as contradições postas no mundo real e as repercussões dessas contradições nas relações humanas. Relações humanas que na perspectiva marxiana são relações sociais e historicamente construídas. Nesta obra aparece o *proletariado* como sujeito fundamental e revolucionário. As interrogações acerca da sociedade civil levam ao questionamento da sociedade burguesa e esse questionamento aponta a necessidade de

superação histórica do modo de produção capitalista, tendo como horizonte o fim das classes sociais.

É na superação da dialética hegeliana e do materialismo feuerbachiano que Marx constrói teórica e metodologicamente o materialismo histórico-dialético, entendendo a totalidade como social e histórica. Ou seja, em Marx, o método é a capacidade da razão de radicalmente apreender o modo de ser e de reproduzir-se da sociedade. Como ilumina Marx:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 2011, p.54).

E, nessa lógica de totalidade, estão incluídos os elementos econômicos como peças fundamentais para a apreensão do movimento do real na produção e reprodução da sociedade burguesa.

Nesse sentido, Chasin conclui:

Portanto, o ser social – do complexo da individualidade ao complexo de complexos da universalidade social – bem como sua relação com a natureza são alcançados e envolvidos, como já foi assinalado pelas irradiações consequentes à elevação das categorias econômicas ao plano filosófico na forma das categorias de produção e reprodução da vida humana. Com efeito, reconhecida em sua centralidade, essa problemática implica, desde a reconstituição da própria natureza enquanto tal e, em especial, diante da sociabilidade, até a precisa determinação, por exemplo, dos contornos da subjetividade. Em suma, posta em andamento, a crítica ontológica da economia política, ao contrário de reduzir ou unilateralizar, induz e promove a universalização, estendendo-se o âmbito da análise desde a raiz ao todo da mundaneidade, natural e social, incorporando toda a gama de objetos e relações (CHASIN, 1995, p. 380).

Em Marx o trabalho não é um elemento isolado para a análise, mas sim *o elemento fundante* do ser social, sua mediação com a natureza e com os demais humanos. Um trabalho que distingue homens e mulheres de outros seres da natureza, pois superam o meramente instintivo na forma de satisfação das suas necessidades. E esse movimento só é possível dada a capacidade teleológica desses homens e mulheres de antecipar a ação, prevendo alternativas e fazendo escolhas entre elas. Desta forma, este trabalho se objetiva num produto, ou dito de outra forma: como objetivação que passa a existir no mundo real independentemente da consciência de quem a idealizou.

Nestes termos, o trabalho é a primeira e mais fundamental forma de objetivação do ser social, pois é através do trabalho que são produzidas as condições básicas para a produção e reprodução da vida material, onde homens e mulheres estabelecem relação com a natureza e também entre outros homens e mulheres. Em síntese, a função social da categoria trabalho deriva-se da relação material que os indivíduos estabelecem com a natureza para a satisfação de suas necessidades. Assim,

[...] as condições materiais de existência e reprodução da sociedade – vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos *trabalho* (NETTO; BRAZ, 2006, p.30, grifos dos autores).

Homens e mulheres são seres naturais à medida que se objetivam através das relações estabelecidas com a natureza, tendo o trabalho como mediação nesse processo. Desse processo de intercâmbios com a natureza resultam novas configurações (MARX; ENGELS, 2009). Lefebvre destaca a questão das necessidades humanas em seu sentido dialético:

A necessidade é, ao mesmo tempo, ato (atividade) e relação, em si mesma complexa, com a natureza, com outros seres humanos, com objetos. Pelo trabalho o ser humano domina a natureza e se apropria parcialmente dela. [...] O trabalho torna-se uma necessidade. Os sentidos são cultivados e apurados pelo trabalho. As necessidades mudam e são cultivadas, porque o trabalho as modifica, apresentando-lhes novos bens. [...] O trabalho substitui a necessidade como sinal de impotência, pela necessidade como capacidade de gozo, como poder de realizar tal ou qual ato. O ser humano substitui assim, aquela sua unidade com a natureza, - imediata e pouco diferenciada, enquanto ser natural por uma totalidade diferenciada (LEFEBVRE, 1968, p.28).

Netto e Braz apontam razões que caracterizam as particularidades do trabalho humano:

[...] em primeiro lugar, porque *o trabalho não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural*; diferentemente, ele exige *instrumentos* que, no seu desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que o executam e a matéria; em segundo lugar, porque *o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas*; bem ao contrário, passa a exigir *habilidades e conhecimentos* que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmitem mediante *aprendizado*; em terceiro lugar, porque *o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades*, nem as satisfaz sob *formas fixas*; se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido (alimentação, proteção contra intempéries, reprodução biológica etc.), *as formas* desse atendimento variam muitíssimo e, sobretudo, implicam o desenvolvimento, quase sem limites, de *novas necessidades* (NETTO; BRAZ, 2006, p.30-31, grifos dos autores).

As possibilidades de satisfação das necessidades humanas são ilimitadas, pois da satisfação das necessidades surgem novas necessidades que impulsionam os indivíduos a novos projetos e, por conseguinte, a novas objetivações e novas necessidades.

Marx e Engels (2009) afirmam que as formas de produção da subsistência estão diretamente ligadas aos meios disponíveis e acessados. E não se trata apenas da reprodução da existência física dos indivíduos, mas de formas determinadas de exteriorizarem suas vidas, ou seja, se trata de um determinado *modo de vida*. Na fala dos autores, *"aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com e como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção"* (Idem, p. 24-25).

O ser social estabelece relações de interdependência e intercâmbio com a natureza, bem como relações de continuidade e ruptura. Esse processo é mediado pelo trabalho e seu desfecho não são somente condições de subsistir, mas *modos de viver*. Tal determinação cria também condições para que o ser social vá além do próprio trabalho, gerando complexas relações e necessidades sociais.

Do ponto de vista marxiano, esse processo que relaciona uma ação objetiva e real e tem como síntese a práxis humana é compreendido como atividade *objetivo-criadora* do ser social. Vásquez explicita o trabalho em Marx como práxis humana, objetivações humanas,

Marx ressalta o caráter real, objetivo, da práxis na medida em que transforma o mundo exterior que é independente de sua consciência e de sua existência. O objeto da atividade prática é a natureza, a sociedade ou os homens reais. A finalidade dessa atividade é a transformação real, objetiva, do mundo natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana. E o resultado é uma nova realidade, que subsiste independentemente do sujeito ou dos sujeitos concretos que a engendraram com sua atividade subjetiva, mas que, sem dúvida, só existe pelo homem e para o homem, como ser social (VÁZQUEZ, 1977, p.194).

O trabalho é a base determinante da vida social e a história é um processo que se desenvolve na conexão entre as relações objetivas e materiais de produção e as relações subjetivas como as ideias, as vivências, os valores etc. Como assinala Kosik,

Assim, a práxis compreende – além do momento laborativo – também o momento existencial: ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança etc., não se apresentam como ‘experiência’ passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo da realização da liberdade humana. Sem o momento existencial o trabalho deixaria de ser parte da práxis (KOSIK, 1976, p. 224, grifos do autor).

O trabalho como ação constitutiva do ser social encerra em si uma dimensão reflexiva e criativa. Nas palavras de Konder (2009a, p. 37), “*no trabalho se encontra, por assim dizer, o ‘caroço’ da práxis; mas a práxis vai além do trabalho.*” Desse modo, ainda que os atos dos seres humanos não sejam restritos aos atos do trabalho, esses últimos permanecem como fundamento.

Lukács na obra *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais em Marx* (1979, p. 14-15) apontou que é nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* que pela primeira vez na história da filosofia as categorias econômicas são apresentadas como categorias da produção e reprodução da vida humana. Segundo Lukács, é essa produção analítica em Marx que torna possível a descrição ontológica do ser social a partir do materialismo histórico. E nesse sentido, afirma o autor húngaro:

[...] atribuímos ao trabalho e às suas consequências – imediatas e mediatas – uma prioridade com relação a outras formas de atividade, isso deve ser entendido num sentido puramente

ontológico. Ou seja: o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo (LUKÁCS, 1979 p. 87).

O trabalho nos pressupostos marxianos apresenta uma dimensão qualitativa, de caráter útil e como forma de inter-relação entre os homens e mulheres e entre eles e a natureza: o trabalho concreto, criador de valor de uso. Também uma dimensão abstrata, dispêndio de força humana homogeneizada que se manifesta no valor de troca. O valor de troca está inscrito numa determinação social do trabalho, num modo particular, num tipo específico de sociabilidade que apresenta o trabalho "*às avessas da relação social das pessoas, ou seja, como uma relação social entre coisas*" (MARX, 1982, p.41).

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificadamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso (MARX, 1985, p. 53, t.I, v.I).

Sobre a alienação: algumas considerações

O processo de objetivação do trabalho pode ser atravessado por "obstáculos" ao desenvolvimento da humanidade, sendo o fenômeno da alienação produzido pela sociabilidade do capital um desses exemplos. Ao referir-se ao afastamento entre o *produto* e o *produtor* no ato trabalho, Marx assinala,

O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desejetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entausserung*). (MARX, 2010, p.80).

O trabalho alienado – aqui tratado como forma histórica do trabalho no modo de produção capitalista – refere-se à alienação do processo de trabalho. No processo de trabalho há um conjunto de elementos essenciais que ficam subsumidos à lógica da produção: a *ideação-prévia orientada por um fim* – teleologia; o *objeto de trabalho* que sofrerá a ação humana, podendo este objeto não ter sofrido nenhuma ação humana anterior, ou seja, estando puro na natureza, ou, ainda apresentar-se como matéria-prima, tendo sofrido uma ação anterior; e o *meio de trabalho*, sendo este "*uma coisa ou complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor se sua atividade sobre esse objeto*" (MARX, 1985, p.150, t.I, v.I).

No capitalismo a força de trabalho, o objeto e os meios ou instrumentos de trabalho, bem como o produto do trabalho são de propriedade privada. A força de trabalho é

comprada pelo capitalista e o processo de trabalho passa a ser o consumo desta força de trabalho comprada e a ela adicionada os meios de produção que são posse do capitalista, sendo o produto deste processo de trabalho uma propriedade privada capitalista. Marx apontou dois fenômenos presentes no processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista:

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme os fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho exija. Segundo, porém: o produto é propriedade, e não do produtor direto, o trabalhador (MARX, 1985, p. 154, t.I, v.I).

Neste processo, a sociedade burguesa alicerça uma forma própria de alienação, diferente de suas formas arcaicas, assumindo mecanismos concretos e particulares que não possibilitam equalizá-los a períodos históricos anteriores. Mais precisamente opera *"abrigando e recolhendo as antigas formas de alienação repõe-nas em outro nível – justamente o engendrado pelo fetichismo"* (NETTO, 1981, p. 71) e que redundam em formas alienadas específicas às reificadas.

Em outras palavras, significa compreender que ao mesmo tempo em que a constituição, o desenvolvimento e a expansão da sociedade capitalista constituem para o ser social o mais alto grau de desenvolvimento ao qual se alçaram as relações sociais, contraditoriamente, os processos alienantes e as representações alienadas presentes nesta ordem possuem uma matriz, uma estrutura, uma funcionalidade e uma significação que se desenvolvem expressando um "caráter estritamente social" (NETTO, idem, p. 79).

É Marx quem localiza esse processo no próprio fundamento do capitalismo: a mercantilização e a obtenção da mais-valia (ou do mais valor). Nesse processo estão incluídas as pessoas, as relações sociais e todas as demais "coisas". A mercadoria aparece de forma autônoma, obscurecendo seu caráter social, o trabalho de homens e mulheres. É como se os trabalhos individuais não fossem parte da totalidade dos trabalhos.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas, e por isso, também reflete a relação social dos produtores do trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas, metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com a natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre

os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 1985, p.71, t.I, v.I).

Na análise de Marx as mercadorias apresentam-se de forma mistificada reiterando o "caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias" (Idem). Através da análise da mercadoria Marx identifica o duplo caráter assumido pelo trabalho no modo de produção capitalista, demonstrando, assim, histórica e socialmente os processos de alienação.

É evidente que no capitalismo a produção permanece em intercâmbio com a natureza numa relação de transformação, mas tendo como base uma relação que é ao mesmo tempo processo de trabalho e processo de valorização. Com o desenvolvimento social o trabalho se complexifica e, dessa forma, o intercâmbio entre homens e mulheres e natureza passa a ser concretizado por um complexo parcial – uma totalidade composta de outros complexos (produção, distribuição, consumo e troca) que passam a constituir o complexo econômico. No dizer de Lukács:

O que vale para o fato simples do trabalho vale em proporção ainda maior para o seu desdobramento social. Esse se mostra no constante fortalecimento dos dois componentes; cresce constantemente o número das leis da natureza que podem e devem ser mobilizadas em favor da produção econômica, mas simultaneamente o processo de trabalho adentra uma conexão tanto extensivamente como intensivamente sempre crescente de forças sociais com suas leis (LUKÁCS, 2013, p.276).

Lukács aponta que com a complexificação do trabalho as posições teleológicas secundárias não têm como propósito imediato a transformação da natureza, ainda que esse propósito permaneça presente de forma mediata, pois nunca as determinações e barreiras da natureza desaparecem. Conforme revela Lukács, a complexificação do trabalho gera uma *cooperação*³ que altera as posições teleológicas.

Mas para a cooperação funcionar com êxito, deve existir uma divisão de funções entre os indivíduos [...]. As posições teleológicas que aqui se verificam, realmente tem, do ponto de vista do trabalho imediato, um caráter secundário; deve ter existido uma posição teleológica precedente para determinar a natureza, o papel, a função etc. das posições singulares, agora concretas e reais, orientadas a um objeto natural. O objeto desta posição secundária é, portanto, não algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; a posição do fim já não visa transformar um objeto natural, mas a realização de uma posição teleológica direcionada realmente aos objetos naturais; os meios já não são imediatamente intervenções em objetos naturais, mas aqueles que pretendem provocar tais intervenções por parte de outros homens (LUKÁCS, 2004, p. 104)

³ Não é nosso objetivo neste texto desenvolver o tema da cooperação em Marx, nas suas características específicas de cooperação simples, manufatura e grande indústria. Entretanto, é importante destacar que Marx define cooperação como: "A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mais conexos [...]" (MARX, 1985, p. 259, t.1, v.1, capítulo XI).

Marx aponta o duplo movimento realizado pela direção capitalista no processo de produção via cooperação: "[...] de um lado é processo social de trabalho para a elaboração de um produto, por outro, processo de valorização do capital [...]" (MARX, 1985, p. 253, t.1, v.1). Marx afirma que ainda que a cooperação se expresse de forma particular, considerando-se os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas, ela "permanece a forma básica do modo de produção capitalista" (Idem, p. 266).

Assim, evidencia-se que o trabalho é uma categoria ontológica, central e mediadora da vida humana em sociedade. Entretanto, o trabalho submetido ao modo de produção capitalista é capturado com o objetivo único de valorização da ordem do capital, alienando o trabalho do trabalhador.

O trabalho realizado produz não só um resultado objetivo, mas também uma construção subjetiva na vida cotidiana. Em seu complexo processo, segundo Lukács (1978, 1979, 2004), o trabalho dá origem a um momento social que sintetiza os atos individuais em tendências do desenvolvimento histórico-genérico. As tendências genéricas, compostas de ingredientes objetivos e subjetivos, são o que confere o norte para a composição do desenvolvimento de homens e mulheres, aliado às determinações da natureza. E, segundo o autor, por mais que o desenvolvimento seja determinado pelos atos humanos, nunca as determinações e barreiras da natureza desaparecem.

Considerações Finais

Lukács reafirma a tese marxiana da centralidade ontológica da categoria trabalho na constituição histórica do ser social quando demonstra o trabalho como formador de valores de uso, ou seja: trabalho útil à vida humana. Na ontologia marxiana as categorias não são formulações sobre algo, mas *modos de existir* (LUKÁCS, 1978).

A crítica marxiana não se limita às análises econômicas, mas as trata como ponto de partida, fazendo a interação desses elementos com os fenômenos da sociedade como um todo. Ou seja, ao descrever o dinamismo dos fenômenos econômicos contribui para o desvelamento dos fenômenos históricos, sociais e políticos. Como apontado por Netto,

Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (NETTO, 2011, p.18).

As observações que realizamos neste ensaio sobre a centralidade do trabalho tiveram por objetivo apresentar, ainda que de forma breve, a categoria trabalho (ontológica, fundante do ser social) e a expressão particular que o trabalho assume sob a égide do modo de produção capitalista. A existência histórica do trabalho aos moldes capitalistas

não elimina o fundamento marxiano do *trabalho como práxis humana*. Em tempo, faz necessária a reafirmação da unidade entre homem e natureza e entre consciência e ação.

Nossa intenção foi demonstrar que a materialização dos fatos econômicos realizada por Marx foi precedida de uma construção lógica, social, histórica e sim, política, do lugar que o *trabalho* ocupa para a humanidade numa perspectiva de totalidade. Conforme Lukács (1974, p. 14 apud NETTO, 2011, p.14), "é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicitação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa".

Por diferentes campos⁴ Marx é tomado aos pedaços, ora citado em sua análise filosófica, ora em sua análise econômica, como se um momento negasse o outro. Ao abrirem mão da interpretação (da aproximação e estudo) do desenvolvimento da lógica marxiana e do resgate da própria história, produzem análises que negam o caráter radicalmente humanista da produção de Marx.

No desenvolvimento da obra de Marx o desenvolvimento do gênero humano é tomado como produção e reprodução da vida humana e não como manifestação individual, mas como integrante de uma totalidade dialética e histórica. Nessa totalidade estão incluídos os elementos econômicos como peças fundamentais para a apreensão do movimento do real, das características da produção e reprodução na sociedade burguesa, objeto de estudo de Marx.

Ao analisar a origem, a raiz do modo de ser e de se reproduzir da sociedade no modo capitalista de produção, Marx deixa como legado um método de apreensão da realidade. Como estudioso Marx foi um pesquisador da filosofia e economia política do seu tempo que, assim como os clássicos que o precederam, posicionou-se politicamente. O inédito nesse processo não é o fato dos estudos de Marx assumirem uma posição política de classe, mas sim que essa posição se estabeleceu *em favor dos interesses do proletariado*, dando a este último um papel revolucionário, tal qual aconteceu com a burguesia na superação do feudalismo. Entretanto o que Marx tem como horizonte não é a emancipação política, mas a emancipação humana, questão tratada pela primeira vez no texto *Sobre a questão judaica*, publicado em 1844. Embora Marx ainda não tivesse naquele momento desenvolvido questões centrais de sua obra que foram decisivas na elucidação da dinâmica do capital, já estava presente a questão da crítica aos limites da emancipação política.

Toda emancipação é *redução* do mundo humano e suas relações *ao próprio homem*. A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, de outro, a *cidadão*, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no

⁴ Netto (2011) assevera que as interpretações equivocadas e as adulterações da teoria social de Marx podem ser percebidas em produções de marxistas e em seus adversários ou detratores.

seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas '*forces propres*' [forças próprias] como forças *sociais*, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma política (MARX, 2010, p. 54).

A obra de Marx traz elementos para a interpretação da história e do desenvolvimento do modo de produção capitalista que permanecem atuais e que podem ser percebidos, por exemplo, na particularidade brasileira. Portanto, não cabe tomar a obra de Marx como dogma, mas sim como método politicamente posicionado de interpretação e de transformação da realidade.

Referências

CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, F. J. S. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.

HARVEY, D. *Para entender O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

IANNI, O. *Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis: Vozes, 1985.

KONDER, L. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

_____. *Marxismo e Alienação: contribuição para um conceito marxista de alienação*. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, H. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 4, p. 1-18, 1978.

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *Ontología del ser social: el trabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

_____. *Para uma ontologia do Ser Social*. Volume 2. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, E. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. De 1843 até a redação de O Capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. Col. Grandes Economistas Sociais. São Paulo: Ática: 1982.

_____. *O Capital*. Tomo 1, Volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. Biblioteca Básica de Serviço Social. v. 1. São Paulo: Cortez, 2006.

TONET, I. Introdução. In: MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Recebido em 15/04/2017

Aprovado em 07/06/2017